
A “luta” pela instituição do ensino do jornalismo em Portugal, nas páginas das publicações do Sindicato nacional dos jornalistas

The “struggle” for the implementation of the teaching of journalism in Portugal, in the publications of Sindicato nacional dos jornalistas (Boletim, 1941-1945, e Jornalismo, 1967-1971)

Patrícia Oliveira Teixeira



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cp/368>

DOI: 10.4000/cp.368

ISSN: 2183-2269

Editora

Escola Superior de Comunicação Social

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2012

Paginação: 41-70

ISSN: 16461479

Reférence electrónica

Patrícia Oliveira Teixeira, « A “luta” pela instituição do ensino do jornalismo em Portugal, nas páginas das publicações do Sindicato nacional dos jornalistas », *Comunicação Pública* [Online], vol.7 n11 | 2012, posto online no dia 11 dezembro 2013, consultado o 02 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cp/368> ; DOI : 10.4000/cp.368



Comunicação Pública Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

A “LUTA” PELA INSTITUIÇÃO DO ENSINO DO JORNALISMO EM PORTUGAL, NAS PÁGINAS DAS PUBLICAÇÕES DO SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS

Patrícia Oliveira Teixeira¹

patriciaoliveirateixeira@gmail.com
Universidade Fernando Pessoa

Resumo: Este trabalho teve por objectivo descrever, através de uma análise qualitativa do discurso, os conteúdos de *Boletim* e *Jornalismo*, publicações do Sindicato Nacional dos Jornalistas, determinando de que forma, nestas publicações, se falou sobre a instauração do ensino do jornalismo em Portugal, numa altura em que se vivia sob o regime ditatorial do Estado Novo, e quais os enquadramentos simbólicos construídos discursivamente. Concluiu-se que houve preocupação em debater a questão do ensino do jornalismo e em instituir um curso superior de jornalismo, em Portugal.

Palavras-chave: Sindicato Nacional dos Jornalistas; *Boletim*; *Jornalismo*; ensino do jornalismo; jornalistas.

THE “STRUGGLE” FOR THE IMPLEMENTATION OF THE TEACHING OF JOURNALISM IN PORTUGAL, IN THE PUBLICATIONS OF SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS (BOLETIM, 1941-1945, E JORNALISMO, 1967-1971)

Abstract: This work was carried out to describe, through a qualitative analysis of the discourse, the content of *Boletim* and *Jornalismo*, publications of the Sindicato Nacional dos Jornalistas, determining how, in these publications, how they talked about the introduction of the teaching of journalism in Portugal, at a time when they lived under the dictatorial regime of the Estado Novo, and which the frameworks symbolic constructed discursively. It was concluded that there was concern about discussing the issue of education in journalism and in establishing a higher education course in journalism, in Portugal.

Keywords: Sindicato Nacional dos Jornalistas; *Boletim*; *Jornalismo*; journalism education; journalists.

¹ Bolseira de Investigação. Pesquisa apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e com co-financiamento da União Europeia através do QREN, programa COMPETE, fundos FEDER. Projecto PTDC / CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP-010124-FEDER-009078.

INTRODUÇÃO

O ensino do jornalismo em Portugal é recente apesar de as tentativas para instaurar um curso superior para jornalistas serem antigas (Cascais, 2004; Graça, 2007; Sousa, 2008; Pinto, 2008). No entanto, as opiniões sobre a sua pertinência sempre foram contraditórias, colocando, de um lado, aqueles que consideravam a formação superior essencial, do outro, os que viam nas redacções e no trabalho prático lá realizado a melhor forma de um jornalista se formar e noutro, ainda, os que consideravam o saber e o conhecimento do jornalista como uma característica inata, que se aprimorava com uma formação básica nos liceus (Correia, 1998; Cunha, 1941; Freire, 1936; Pinto e Sousa, 1999; Quadros, 1949; Rocha, 1946; Rocha e Sousa, 2008; Sobreira, 2003).

Em *Boletim* (1941-1945) e em *Jornalismo* (1967-1971)², as duas publicações do Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ), foi possível assistir-se ao debate que os jornalistas portugueses, sócios do Sindicato, travaram para ficar mais perto de atingir aquela que era uma das ambições da classe. Assim, estas duas publicações constituem um objecto de estudo relevante e pertinente para se compreender como, em Portugal, parte da classe jornalística procurou instituir o ensino do jornalismo. Este trabalho teve, então, por objecto o *discurso meta-jornalístico* de *Boletim* e *Jornalismo*, entendido como discurso auto-referencial sobre o jornalismo feito por jornalistas. O seu objectivo foi, através de uma análise qualitativa do discurso, apreciar os conteúdos de *Boletim* e *Jornalismo*, prestando-se particular atenção ao enquadramento discursivo dado à questão do ensino do jornalismo. Ou seja, pretendeu apurar-se *do que falam e como falam* os dois boletins, quando o ensino do jornalismo é o tema, o que pode consubstanciar-se nas seguintes perguntas orientadoras da pesquisa: Quais os assuntos do discurso metajornalístico do *Boletim* e de *Jornalismo* sobre o ensino do jornalismo? Quais os enquadramentos simbólicos construídos discursivamente pelo *Boletim* e por *Jornalismo* sobre o ensino do jornalismo? Ou seja, como olharam os redactores destes periódicos sindicais para o ensino do jornalismo, tendo em conta o contexto das respectivas épocas?

Testou-se a hipótese de que os jornalistas, com enfoque para aqueles que eram sócios do Sindicato e/ou colaboradores dos boletins referidos nesta investigação, através de *Boletim* e de *Jornalismo*, atentaram nos problemas e dilemas dos jornalistas e do jornalismo, dos anos quarenta e de finais de

² *Jornalismo* foi publicado entre 1967 e 1993, de forma não linear. No entanto, para esta investigação, interessam apenas os números saídos até ao fim do regime do Estado Novo (1974). Como tal, só se analisaram as publicações saídas entre 1967 e 1971.

sessenta, inícios de setenta, do século XX, participaram na “batalha” que se travou para instaurar um curso superior para os profissionais da imprensa.

Para o efeito, a partir de uma leitura flutuante, mas sistemática, das publicações em causa, recolheram-se, descreveram-se e interpretaram-se excertos de textos elucidativos, procedendo-se, seguidamente, na linha apontada por Sousa (2006, pp. 343-376), a uma análise qualitativa do discurso desses mesmos textos, de modo a justificar determinadas proposições e juízos, e prestando-se especial atenção ao enquadramento discursivo dado ao ensino do jornalismo.

Concluiu-se a aceitação da hipótese colocada – a participação dos jornalistas portugueses, nomeadamente os sócios do Sindicato Nacional dos Jornalistas e/ou colaboradores das publicações desta corporação, na luta pela implementação do ensino do jornalismo em Portugal. Os jornalistas portugueses que, de alguma forma, estavam ligados às publicações do SNJ, procuraram, efectivamente, instituir cursos de formação jornalística e/ou cursos superiores de jornalismo para a classe (importantes para afirmar o jornalismo como *arte liberal* que reúne um conjunto de conhecimentos e competências específicas passíveis de serem ensinadas e aprendidas), pese embora algumas vozes discordantes que ainda se faziam ouvir, recusando a ideia de que o jornalismo podia ser ensinado e/ou aprendido. Todas estas questões serviram para alimentar o debate sobre o assunto a que se assistiu nas páginas de *Boletim* do Sindicato Nacional dos Jornalistas e em *Jornalismo*.

1. A “LUTA” PELA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DO JORNALISMO NO BOLETIM (1941-1945)

Um dos baluartes do Sindicato Nacional dos Jornalistas nos anos quarenta foi, em consonância com os seus estatutos de 1940, a reivindicação de um curso de formação de jornalistas³. Efectivamente, os estatutos do SNJ, na versão de 1940, impunham-lhe “cuidar do aperfeiçoamento moral, intelectual e profissional dos associados, organizando, dentro do Sindicato, círculos de cultura apropriados” (Art.º 3º). Assim, logo no primeiro número do *Boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas* foi divulgado um ofício enviado ao ministro da Educação Nacional pelo presidente da Comissão Administrativa do Sindi-

³ Os estatutos do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, de 1924, também previam a criação de uma escola de jornalismo (art.º 4º, alínea b), mas esta nunca chegou a concretizar-se, talvez por divergências internas, pois, tal como disse o director do *Comércio do Porto*, numa conferência realizada no próprio SPIL, “tal como não há escolas de poesia, também as não pode haver de formação de jornalistas” (Cunha, 1941, pp. 30-31).

cato Nacional dos Jornalistas⁴. Nesse ofício, o Sindicato expõe a necessidade de formação dos jornalistas para a “dignificação da imprensa em Portugal”, revelando que as contratações se fazem por “tentativas de experiência, incertas e pouco seguras” e que, apesar de a “carreira profissional dos jornalistas começar com base em indícios nítidos de vocação”, é necessário o “encaminhamento que oriente e aproveite para uma finalidade justa o esforço do autodidacta”. Enfatiza o mesmo ofício que “em muitas capitais estrangeiras preencheu-se essa falta com as escolas de jornalismo”. O Sindicato Nacional dos Jornalistas entende, no mesmo documento, que o curso de formação é um “instrumento de cultura” que contribuiria “para melhorar o nível intelectual dos trabalhadores da Imprensa”. Mas também se depreende que para os líderes sindicais, o jornalismo seria uma profissão técnica, uma *arte liberal* (ou mesmo uma profissão liberal) passível de ser aprendida e ensinada, já que exigiria conhecimentos e competências específicos que poderiam ser obtidos através da formação. Eis a totalidade do ofício:

Senhor Ministro da Educação Nacional,

Excelência:

No intuito de promover de maneira decisiva a valorização profissional dos jornalistas e elevar o seu nível de cultura até os limites exigidos pela missão que desempenham na vida portuguesa, resolveu a Comissão Administrativa deste Sindicato Nacional solicitar a atenção do Governo para um problema que interessa não só os destinos desta classe, mas também, e principalmente, a dignificação da Imprensa no nosso País.

O recrutamento do pessoal dos quadros redactoriais dos nossos diários faz-se, geralmente, por tentativas de experiência, incertas e pouco seguras nos seus resultados. A carreira profissional do jornalista começa com base em indícios nítidos de vocação e tendência natural e desenvolve-se sempre ao sabor da revelação de espontâneas qualidades pessoais. Reconhecemos que falta o encaminhamento necessário que oriente e aproveite para uma finalidade justa o esforço do autodidacta que faz do jornalismo o seu modo de vida e põe ao seu serviço as melhores energias intelectuais, quase sempre com apaixonante dedicação. Em muitas capitais estrangeiras preencheu-se essa falta com as Escolas de Jornalismo.

Este Sindicato, ao mesmo tempo que procura com a negociação de um contrato colectivo de trabalho assegurar as condições morais e materiais julgadas indispensáveis para o exercício efectivo do jornalismo em Portugal, empenha-se pela criação de um instrumento de cultura que em obediência às realidades do nosso meio contribua eficazmente para melhorar o nível intelectual dos trabalhadores da Imprensa entre nós.

Sindicato Nacional de uma classe relativamente reduzida, não temos possibilidades para a realização desse empreendimento. Por isso e confiados inteiramente no alto espírito de V. Ex.^a, que não deixará de reconhecer a importância da nossa missão na campanha de ideias

⁴ *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, n.º 1, Maio de 1941, pp. 5-19.

indispensável para a renovação da mentalidade – objectivo constante da Revolução Nacional – vimos submeter ao seu superior critério o programa para o funcionamento na nossa sede de um curso de formação jornalística.

Aspiração que por si própria se define, julgamos desnecessário defendê-la perante quem tão profundamente conhece os problemas nacionais na agudeza da sua revelação e nas causas que os determinam.

Mais do que o patrocínio e apoio com que antecipamos contamos, ousamos esperar de V. Ex.^a, pelo interesse que esta iniciativa lhe merecer, a concessão de condições indispensáveis para que ela se concretize numa admirável realidade.

Com as mais respeitosas saudações apresento a V. Ex.^a os protestos da nossa profunda consideração.

A Bem da Nação

Lisboa, 8 de Fevereiro de 1941

O Presidente da Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas

Luiz Teixeira

O ofício do SNJ ao ministro da Educação é acompanhado de um plano para o curso. Este teria o objectivo de preparar “através do ensino teórico e prático, o exercício da profissão de jornalista” e obrigava, já, a que os candidatos tivessem, pelo menos, o 5º ano do liceu ou exercessem a profissão há mais de um ano. A intenção seria, nos termos do próprio projecto, levar os jornais diários, por intermédio do Grémio da Imprensa Diária, a apenas contratar como estagiários os indivíduos habilitados com o curso, que teria doze meses de duração, repartidos por dois anos lectivos (seis meses por ano, portanto). Esse curso aliaria cadeiras teóricas (A Formação Profissional do Jornalista; A Educação Política e Histórica do Jornalista; Os Estados Modernos e o Direito Internacional Público; Os Grandes Problemas Económicos Actuais; História Geral da Imprensa; Formação e Evolução do Jornalismo Profissional em Portugal; Legislação da Imprensa), leccionadas por académicos, a cursos práticos de português, francês e estenografia. Englobaria, também, conferências, exercícios práticos a visitas de estudo a jornais e a uma oficina gráfica. Deve dizer-se, no entanto, que o curso de formação de jornalistas, apresentado ao ministro da Educação em 1941, nunca saiu do plano de intenções.

No entanto, a ideia da necessidade ou até da utilidade da formação era polémica e havia jornalistas que não a defendiam, nalguns casos talvez porque se sentiriam minorizados por não terem um diploma do ensino superior. Repare-se nas sintomáticas palavras de Pedro Mayer Garção (1945, p. 9), que vê no jornalismo essencialmente uma arte dentro das artes da expressão literária e que diz que um jornalista se pode formar autodidacticamente:

Ao jornalista exige-se cultura geral, talento de improvisação, qualidades literárias invulgares, agilidade mental, probidade de espírito. Qual é o curso que inscreve estas cadeiras no seu programa? Eis porque todo o jornalista é um autodidacta. Muitos, por acaso, têm curso superior; mas, quando isso acontece, o que neles sobreleva é o homem de letras que o destacou dos seus condiscípulos e que já era anterior aos êxitos do estudioso, para os quais poderosamente concorreu. E esta é a tese que se defende aqui: o jornalismo não é o refúgio das vocações fracassadas, mas o terreno onde só podem florescer as vocações decididamente para ele orientadas. Vocação que se traduz na exposição desassomburada das opiniões que se subscrevem; revela nos conhecimentos que se demonstram e nas diversas teclas que se tocam (desde a crítica de um quadro ou de um livro até à reportagem de uma romaria; desde o artigo sobre uma individualidade até à análise de uma medida ou de um discurso políticos, etc.); e acima de tudo, como que a sua pedra de toque, vocação que se patenteia no colorido estético e conceituoso da composição literária.

Nota-se, pelas palavras do jornalista, um certo desdém por aqueles que possuíam cursos superiores de jornalismo (que, à data, eram pouquíssimos) e o elogio daqueles que eram, na sua opinião, os predicados exigidas a um jornalista: ter cultura geral, talento de improvisação, qualidades literárias, agilidade mental e probidade de espírito.

O tema da formação específica em jornalismo não teve, porém, grande tratamento nas páginas do *Boletim* do SNJ, eventualmente por ser um tema que suscitava controvérsia no seio dos profissionais, já que alguns – como o próprio Garção – viam no jornalismo uma actividade a que se poderia aceder por simples “vocação”, eventualmente complementada pela auto-aprendizagem do jornalista e pelo seu investimento pessoal e autodidáctico na aquisição de capital cultural.

2. A “LUTA” PELA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DO JORNALISMO EM JORNALISMO (1967-1971)

Na década de sessenta e setenta, a fatia dos profissionais que considerava que uma maior e melhor formação corresponderia a uma maior dignificação da classe dos jornalistas e a um melhor exercício da profissão crescera, em relação à década de quarenta, e era composta, essencialmente, por jovens que haviam ingressado na profissão, por essa altura. Na sequência do rejuvenescimento na classe profissional, de que falam Correia e Baptista (2007, p. 51), começou a ser comum que estes profissionais tivessem habilitações literárias mais elevadas que os seus colegas, a maioria deles no activo há mais tempo, e tal situação nem sempre era aceite de forma pacífica e cordial. As páginas de *Jornalismo* serviram, com frequência, para se debaterem estas e outras

questões relacionadas com o ensino e a formação dos jornalistas. Norberto Lopes (1967, p. 4) foi um dos que demonstrou o seu desagrado para com os novos profissionais do jornalismo. Ele afirma que estes novatos, que ignoram a experiência dos mais velhos, nunca chegarão a ser verdadeiros profissionais.

Hoje, porém, há uma espécie de jornalistas que julgam saber tudo e estão convencidos de que já nasceram ensinados. São estes meninos-prodígio que comprometem a profissão, dando-se grandes ares de auto-suficiência e desdenhando da experiência dos mais velhos, a quem chamam botas-de-elástico e que consideram simplesmente ultrapassados. Esses, por via de regra, nunca chegam a ser verdadeiros profissionais.

O Sindicato Nacional dos Jornalistas tentou, por mais que uma vez, como já foi dito, organizar e implementar um curso de jornalismo. Em 1971, com Marcelo Caetano no poder e numa altura em que estava em curso uma reforma no sector da educação e em que o próprio Governo em exercício se encontrava a debater a liberdade de imprensa (Pinto, 2004, p. 51) elaborou o "Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal", justificando a necessidade da sua implementação da seguinte forma:

(...) só um ensino sistemático pode assegurar um saber mínimo comum, que identifica uma profissão e lhe assegura a subsistência; só um ensino sistemático das condições técnicas da objectividade permitirá ao jornalista o exercício responsável da sua missão fundamental, que é a informação objectiva; só um ensino sistemático pode proporcionar os conhecimentos científicos, psicossociais e tecnológicos que habilitem à utilização eficaz dos meios de informação colectiva e garantam uma informação colectiva idónea; só um ensino sistemático permite a formação de uma consciência profissional comum que facilite a adopção generalizada de rigorosos critérios deontológicos; só um ensino sistemático pode gerar o quadro exigido pela investigação das técnicas e das ciências da informação, de que dependerá o próprio progresso dos meios de comunicação de massas.

No entanto, o projecto não teve seguimento, sendo várias as razões apontadas para tal. Silva Costa⁵ (1983, p. 32), no boletim de Dezembro de 1983, procura explicar a razão do insucesso deste projecto. Diz o jornalista, entre outras coisas, que o projecto não resistiu a uma série de conflitos entre vários organismos políticos e à vontade de muitos em tutelar o ensino do jornalismo.

Esse projecto pioneiro e exequível, que representava uma aposta corajosa e um desafio à competição da parte de uma classe ainda então predominantemente constituída por pessoas cuja educação académica não ultrapassava o 2.º ciclo dos liceus, esse projecto não resistiu ao conflito de competências e objectivos políticos aberto entre o Ministério da Educação, o

⁵ Silva Costa era, em 1971, presidente da Comissão que elaborou o "Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal" e presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Ministério das Corporações e a Secretaria de Estado da Comunicação Social, esta respaldada no temor da própria Presidência do Conselho de ver diluído o controlo implacável do exercício da informação, que Marcelo Caetano conservou mesmo depois de transformar a Censura em Exame Prévio. Havia gente a mais interessada na tutela de ensino de jornalismo.

Como já se disse, a questão do ensino do jornalismo estava, nos anos sessenta e setenta, constantemente, na ordem do dia. Por conseguinte, seria expectável que os jornalistas sócios do Sindicato e os redactores do boletim *Jornalismo* discorressem sobre o assunto com relativa frequência, como, de facto, aconteceu. Aquando da publicação do primeiro número de *Jornalismo*, em Abril de 1967, o assunto foi logo abordado, através da republicação de partes de uma conferência proferida em Luanda por Fernando Teixeira⁶ (1967, p. 17-18), que se intitulou "Escolas de Jornalistas". No texto, discorre-se sobre a questão do ensino do jornalismo em Portugal. As palavras do jornalista tiveram "grande repercussão nos meios da Imprensa daquela província do Ultramar", que já havia experimentado alguns cursos livres de jornalismo. Com base na sua própria experiência, Fernando Teixeira defende que uma formação superior seria útil para complementar os ensinamentos que a própria prática numa redacção proporcionaria e sugere algumas formas de completar a formação do jornalista.

A razão principal – disse o dr. Fernando Teixeira – que me levou a ser agradavelmente tentado pela ideia de falar em Luanda sobre escolas de jornalistas foi o saber que, tanto quanto pude averiguar, o primeiro curso de jornalismo dado em Portugal foi precisamente efectuado nesta cidade há já alguns anos. (...)

Quero definir-lhes desde já a minha posição perante as escolas e os cursos de jornalismo. Como profissional que principiou a carreira muito novo, quando ainda era estudante universitário e que se serviu desse trabalho como meio de obter uma ajuda para conseguir completar o curso, não tive, evidentemente, escola que não fosse a da experiência adquirida na tarefa quotidiana, muito difícil para quem nada sabe sobre um jornal, e a do exemplo dos mais velhos, que eram pessoas competentes e tiveram a paciência de me ensinar. (...) E tinha a impressão de que seria capaz de escrever. Mas escrever para um jornal, como todos sabem, não é o mesmo que ter devaneios pseudo-literários nos verdes anos. Fui, por motivo de premência económica e porque senti que tinha vocação para a profissão, um esforçado, embora modestíssimo, aprendiz de jornalista. (...) Mas logo, nos primeiros tempos de jornalista, aprendi à minha custa a compreender que uma escola ou um curso teriam sido de grande vantagem para mim, como para qualquer outro jovem.

Eu não acredito que se possa ser bom profissional só porque se frequentou uma escola (...). Além da vocação (...) a nossa profissão exige um espírito de sacrifício tão especial e um tal

⁶ Chefe de redacção do "Diário Popular".

desapego por vida folgada e regrada que só quem lhe tenha verdadeiro amor pode resistir e fazer carreira. Mas também é verdade que vocação, boa vontade e espírito de sacrifício não bastam. É preciso ter uma base de cultura geral que seja rendosa do ponto de vista formativo.

A que pode ser dada por um curso de liceus ou equivalente, por um curso universitário ou pré-universitário é já muito razoável, embora não seja o ideal. É aqui que deve entrar em acção e escola ou o curso de jornalismo: a fornecer ensinamento práticos, a explicar o que é um jornal, a mostrar como se faz, a interessar o aprendiz pelo conjunto industrial que é um órgão da Imprensa. (...) A honrada tarefa de jornalista não pode ser (nem, felizmente, o é já hoje) sinónimo de trabalho de enciclopedicamente ignorantes, como nos chamaram no século passado. Não podemos infelizmente ser mais do que enciclopedicamente superficiais, mas devemos procurar continuamente aperfeiçoar-nos. A profissão não pode constituir asilo de falhados, nem trampolim para ambiciosos sem escrúpulos. Deve ser honestamente, dignamente, uma profissão especialmente actualizada. Repito: sem que o facto de passar por uma escola ou um curso transforme por encanto de varinha de condão qualquer pessoa num bom jornalista, a aprendizagem orientada parece-me útil. O ideal seria que, em cada jornal, o candidato a jornalista pudesse ser ensinado individualmente e por largo tempo de tudo o que precisa de saber. Na prática, isso é impossível. Sei-o, por experiência própria. (...)

Em Portugal, como todos sabem, não há, à parte os casos episódicos das iniciativas do Instituto de Angola e, recentemente, do *Diário Popular*, quaisquer cursos ou escolas oficiais ou particulares. No estrangeiro, o ensino de jornalismo evoluiu muito nos últimos anos. (...) Essa evolução acompanhou necessariamente o progresso do nosso tempo, tão rápido que bem pode dizer-se que o Mundo avançou mais no último meio século do que nos 200 ou 300 anos anteriores. E a imprensa seguiu, evidentemente, esse extraordinário progresso, quer servindo-se de novos meios técnicos, quer utilizando novos processos de transmitir a informação. Quem me diria a mim, quando comecei há trinta e cinco anos, que haveria hoje telefones directos ligados da redacção aos locais onde normalmente se passam os acontecimentos que é preciso relatar com urgência, que os carros em que se deslocam equipas de reportagem seriam equipados com emissores de rádio para transmitir as informações rapidamente ao jornal, que a redacção estaria ligada por teleimpressores a todas as agências nacionais e estrangeiras e às delegações fora de Lisboa, que o telex nos poria em contacto instantaneamente com o jornalista em serviço no estrangeiro ou a fonte de informação em qualquer parte do Mundo, que as fotografias poderiam ser transmitidas pela Rádio, que a Televisão, a Rádio e a máquina de gravar tinham o seu lugar e a sua utilidade constantes na redacção, que em cada secretária haveria um telefone e uma máquina de escrever – e que se pagariam, no meu jornal, mais de cem contos pelos direitos de reprodução de alguns artigos de interesse internacional (...), que se gastariam muitas dezenas de contos a enviar um redactor à China ou a outro qualquer país longínquo!

Ora esse progresso rápido deu uma nova dimensão e uma grande responsabilidade aos jornalistas. O profissional da Imprensa, para apreciar conscientemente os problemas do seu tempo e escrever sobre eles, precisa ter hoje uma preparação cada vez mais difícil de obter pelo autodidactismo. (...)

Por isso me parece conveniente que também para nós se façam, sem distinção de categorias profissionais, cursos de aperfeiçoamento livres, de três em três ou de cinco em cinco anos, que podem ser constituídos por uma série de lições a cargo de professores universitários e técnicos de reconhecida competência pedagógica. Essas lições versariam, principalmente, as ciências novas e as aplicadas, chamemos-lhe assim: Física Nuclear, Biologia, Astronomia, Geografia e História, Direito Internacional, Astronáutica, Psicologia, Economia, etc. As lições, uma por dia, poderiam ser dadas ao fim da tarde, à hora a que terminou já o trabalho nos vespertinos e ainda não começou, a fundo, nos jornais da manhã. (...) Como curso livre, não teria exames, nem obrigatoriedade de frequência de todas as disciplinas. Cada um assistiria ao que mais lhe interessasse e faria desse acréscimo de conhecimentos o uso que melhor entendesse.

Para Fernando Teixeira (1967, p. 19), as escolas de jornalismo eram úteis e urgentes, como o refere várias vezes ao longo do seu artigo, daí que sugira aos jornalistas que sejam eles mesmos a criar os cursos de jornalismo, não ficando à espera que o Estado trate do assunto.

Chegados ao fim desta conversa, que conclusões podemos tirar? A primeira, creio ser a de que as escolas parecem úteis. Por isso, e porque não podemos deixar-nos na cómoda situação de pedir ao Estado que faça tudo, talvez fosse bom que os próprios jornalistas se reunissem e estudassem o assunto e criassem eles próprios as escolas ou os cursos que preparassem os futuros camaradas. [...]

Mas continuemos: porque não dar nas comunidades de jornalistas da Metrópole e de Angola o primeiro passo em frente neste espaço profissional? Claro que a tarefa é difícil, mas porque não tentar? As escolas seriam de nível universitário, embora, a princípio, funcionassem em regime de cursos livres. Talvez não seja completamente impossível interessar na obra instituições como a Fundação Gulbenkian ou algumas entidades particulares que muito devem à Imprensa, além, evidentemente, das próprias empresas jornalísticas. Os cursos teriam um grau académico que habilitaria ao ingresso nos jornais, embora os proprietários das publicações tivessem, como é natural, toda a liberdade de admitir nos seus quadros, como empregados, quem muito bem entendessem.

No mesmo primeiro número do boletim, também César Afonso (1967, p. 19-20) discorre acerca da questão do ensino do jornalismo, fazendo, porém, uma abordagem diferente ao assunto, uma vez que questiona a pertinência e necessidade de uma escola de jornalismo, não se opondo à sua existência mas recomendando calma e ponderação na sua concretização. O autor refere que existem inúmeras instâncias a querer criar uma escola de jornalismo, mas que não é simples decidir a quem delegar essa tarefa. Ele mesmo tenta encontrar respostas para algumas questões relacionadas com o ensino do jornalismo, que acabam por se levantar quando se aborda o assunto, mas estas não surgem com muita facilidade.

Com uma insistência que poderemos classificar como uma obsessão, tem-se falado ultimamente na necessidade de criar, entre nós, uma escola de jornalismo. E essa obsessão grassa, não apenas entre particulares como nos sectores oficiais. Julgo ser muita gente, demasiada gente a arrogar-se o direito de organizar uma escola de jornalismo. Com que intuito? Com que autoridade? Quem deverá, verdadeiramente organizar uma escola de jornalismo? E valerá a pena organizá-la? Quem lucrará com a organização dessa escola? E o facto de não ter existido até agora uma escola de jornalismo e continuar a não existir, terá sido ou será um bem ou um mal? Que interesse podem ter as empresas jornalísticas na criação dessa escola? (...) Quem é que verdadeiramente tem interesse na sua criação? E não haverá já uma escola de jornalismo? São perguntas que se fazem, muito simples mas pertinentes ou impertinentes... (...) Não haverá já uma escola de jornalismo? Creio que é no frontão da Escola da Marinha de Guerra da Grã-Bretanha que se encontra esculpida em pedra uma frase que vem a talhe de foice citar: "Mais vale um dia de prática do que uma tonelada de teoria".

Cada jornal tem sido, desde que há jornais em Portugal, a melhor escola de jornalismo. Grandes jornalistas que através de todos os tempos se têm evidenciado nos jornais não tiveram outra escola senão a escola da redacção. (...) Uma vocação precisa de oportunidade para se revelar e para se impor e só a passagem por uma redacção e portanto a experiência do jornalismo poderá revelar um jornalista. Diplomar jornalistas não será a mesma coisa que fazer jornalistas. O diploma pode ser uma recomendação, mas de recomendações estão os jornais cheios, o mesmo será dizer que para os falhados, mais do que um diploma, vale uma cunha. (...) E admitindo que a escola formasse bons profissionais, mereceria a pena ser-se jornalista diplomado? Um curso não vale apenas pelo seu aspecto cultural; importa considerar também as suas possibilidades materiais. Se se paga tão mal actualmente aos jornalistas, regateando-se-lhes os meios não direi de valorização mas até de sobrevivência, que vencimentos poderiam esperar os futuros diplomados da tão decantada escola de jornalismo? E seriam eles mais aptos? E admitindo que fossem mais aptos, contentar-se-iam com as condições de vida, por vezes bem miseráveis, em que vivem os actuais jornalistas? Uma escola de jornalismo? Sem dúvida, torna-se necessária a sua organização, mas tendo em conta os interesses materiais dos seus frequentadores e dos seus diplomados; e tendo em conta também os interesses daqueles que sem escola de jornalismo são autênticos jornalistas, apesar de todas as dificuldades para o serem integralmente e só jornalistas, sem necessidade de serem mais outras coisas para sobreviverem e poderem continuar a ser jornalistas, porque essa é a sua vocação e o seu destino. Uma escola de jornalismo? Sem dúvida; mas tendo como artigo número um do seu estatuto a certeza de que vale a pena ser jornalista. E sem pressas; por fases, que estabelecessem a transição entre o sistema actual, entre a geração actual e a futura geração de jornalistas. Em que moldes? Os inúmeros organizadores de escolas de jornalismo já trazem há muito no bolso os estatutos da sua escola de jornalismo.

O assunto do ensino do jornalismo foi, igualmente, abordado pelo Reverendo Rui Osório⁷ (1967, p. 14 e 29), num texto publicado em Outubro de 1967,

⁷ Sacerdote na diocese do Porto que frequentava, na qualidade de bolsheiro desta diocese, o curso de Jornalismo da Universidade de Navarra, Pamplona.

onde o sacerdote realçava a dimensão social da informação e destacava o serviço social que os jornalistas prestavam ao bem comum, para justificar a necessidade de se criar o ensino superior para jornalistas. Dado o conhecimento que tem de outras escolas estrangeiras, o autor fornece, ainda, alguns conselhos sobre como este ensino se deve orientar, caso se avance com a criação de curso superior para jornalistas, em Portugal.

Não se exagera ao insistir na dimensão social da informação e, muito menos ainda, no serviço social que os jornalistas prestam ao bem comum. A informação é um fenómeno social, nasce na sociedade e a ela se destina. Os obreiros desta tarefa são os jornalistas que, cónscios da sua responsabilidade, como promotores da opinião pública verdadeira, livre e responsável, sentem a necessidade de uma capacitação técnica, cultural e profissional que os qualifique de harmonia com a confiança que a sociedade neles deposita. Não é por acaso que entre nós se deseja, cada dia mais vivamente, a planificação do ensino do jornalismo. (...) Na linha desta sociedade participante, de estilo democrático (...) a única hierarquia tolerável é a que dimana dos dons próprios da pessoa, do esforço de cada um, do trabalho humano. Assim se compreende que os jornalistas não se improvisam e jamais se pode admitir que deles se diga que são os que presumem saber de tudo sem saber de nada.

Nesta sociedade pluralista, participante, democrática, os instrumentos de comunicação social exercem um papel preponderante. A sociedade precisa de estar informada. (...)

O carácter social da informação ao serviço do bem comum justifica a adequada preparação dos seus servidores – jornalistas – que hão-de ter: carácter, integridade humana e uma compreensão espiritual dos conflitos humanos. Qualidades e exigências que não se obtêm de improviso, mas supõem um grau de maturidade e um esforço de perfeição teórica e prática. Nesta linha, parece-nos, se enuncia o problema da preparação académica dos profissionais da informação. A sociedade faz um voto de confiança nos jornalistas e espera deles o melhor trabalho. (...) Não admira que a mesma sociedade (...) pretenda que os instrumentos de comunicação social estejam confiados a técnicos e profissionais capacitados. Quando se dá conta de que assim não acontece, imediatamente nasce a convicção de que o que os jornais dizem é mentira ou, então, gera-se a desconfiança sobre os factos noticiados por se saber que são parciais. (...)

Em quase um século de tradição escolar no campo do ensino jornalístico, a combinação destes factores tem exigido adequações múltiplas e processos de revisão distintos de país para país. (...)

A tendência moderna aconselha a enquadrar o ensino de jornalismo na Universidade ou fora, mas sempre a nível superior. Num caso ou noutro a escolaridade deve satisfazer os seguintes requisitos de um bom jornalista: uma cultura geral sólida e ampla; uma disciplina intelectual; um domínio científico das técnicas do ofício, teórico e prático e um conhecimento concreto dos problemas da Imprensa e da informação.

O objectivo destes apontamentos, sobretudo para quem ao longo da sua leitura não logrou descobrir a intenção, é apenas fazer-me eco das vozes de quantos têm sugerido a criação de uma escola de jornalismo. Se o arrazoado não convence da sua necessidade, crie-se a escola e ela convencerá por si mesma.

A discussão sobre a necessidade ou não de criar o ensino de jornalismo não se fazia apenas no boletim do SNJ. Outros periódicos publicavam textos reflectindo sobre o assunto. Caso se justificasse, os redactores de *Jornalismo* republicavam-no, como aconteceu com o seguinte artigo que fala do ensino do jornalismo em Espanha, como exemplo a copiar, e da necessidade premente de o jornalista conseguir uma melhor preparação para melhor realizar o seu trabalho (1967, pp. 6 e 28).

"Pena é que em Portugal se não siga por caminho semelhante. As empresas estão defraudadas com pessoal sem preparação adequada, embora, frequentemente, com excelentes qualidades e os profissionais, diminuídos, pois nunca poderá exibir um diploma que lhes dê a sua própria dignidade de jornalista. São profissionais de Imprensa.

É possível que o exemplo da Espanha e de outros países nos leve à criação de uma Escola de Jornalismo. Não faltam as iniciativas e as boas vontades. Isso resultaria finalmente em benefício para o Jornalismo e para o País. (...)

É com jornalistas, como muitas vezes se diz, tirados aos inêxitos nas diversas carreiras, das Letras às Ciências, do Direito à Engenharia ou à Medicina, ou ainda com jornalistas sem a mínima preparação básica, que havemos de construir o futuro?

Devemos reconhecer que grandes virtudes deve ter a nossa raça para que, sem preparação especial, com elementos tirados ao Direito, à Diplomacia, à Literatura e até ao mundo dos negócios, possamos hoje apresentar uma plêiade de jornalistas distintos, em qualquer parte, nascidos de autênticas qualidades jornalísticas, mas também de um esforço ingente e desumano, para se criar algo que não existia.

Todavia, o mundo evolui. E, no mundo de amanhã, pode acontecer que o talento, o esforço e uma certa experiência não cheguem...

Por isso, nos parece que o exemplo de Espanha é muito de atender." (G. D., em *Novidades*, 31 de Julho)

Em 1968, o Sindicato organiza um Curso de Jornalismo, iniciativa que muito orgulhava a corporação. Este curso só foi possível graças aos apoios recebidos de entidades públicas e, principalmente, de particulares, como a direcção do Sindicato fez questão de referir (1968, p. 2):

O curso de Jornalismo é realizado graças a uma comparticipação do Ministério das Corporações, concedida através do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, ao abrigo de um programa de aperfeiçoamento profissional que tem contemplado outros organismos corporativos.

O Ministério concorre para o Curso com a verba de 100.000\$00 – quantia insuficiente devida à exagerada ambição da Direcção do Sindicato, que programou a iniciativa, sem atender à sua viabilidade financeira... O problema será solucionado oportunamente (esperamos...) pelos directores, que não ignoram, apesar do seu optimismo, as responsabilidades que à face da Lei lhes incumbe neste aspecto de gestão sindical...

A Direcção agradeceu oportunamente ao Sr. Prof. Gonçalves de Proença o seu patrocínio, sem o qual o Curso não poderia realizar-se. A seu tempo exprimirá a outras entidades o louvor da Classe pelo seu apoio, mas quer desde já tornar público um agradecimento à colaboração, verdadeiramente entusiástica, que o Sr. Dr. Luís Fontoura, Director do Gabinete de Informação do Ministério das Corporações e secretário do ministro, vem dispensando à iniciativa.

O Curso foi um êxito e as expectativas criadas à sua volta não saíram goradas, tendo despertado interesse não só junto da classe jornalística, mas também junto de jovens universitários que o decidiram frequentar pela utilidade que lhe reconheceram. De salientar, o apoio que algumas empresas jornalísticas concederam a esta iniciativa, o que confirmava que estas já haviam tomado consciência da utilidade de uma maior formação dos seus profissionais, bem como se interessavam por este tipo de actividades que promoviam a valorização profissional dos seus jornalistas (1968, p. 2).

Quando este número do boletim for distribuído principiou já o Curso de Jornalismo promovido pelo Sindicato e os consórcios terão conhecimento de quanto se relacione com a iniciativa, do esquema do curso ao corpo docente, dos objectivos visados aos resultados que se antevêm.

Consideramos útil, no entanto, registar nas colunas que se seguem elementos de informação sobre o curso, seus antecedentes, projectos anteriores e considerações sem dúvida pertinentes acerca do ensino de jornalismo, peças de um processo que levará, decerto, em data mais ou menos próxima, à instituição oficial desse ensino.

Sob o aspecto puramente sindical, será de recordar que o curso se insere entre os objectivos inscritos no programa da actual Direcção, juntamente com a solução do problema da Previdência, já alcançada, e um propósito de valorização cultural da Classe que teve início de concretização através de "JORNALISMO" e prosseguirá por meio de outras realizações.

A Direcção do Sindicato aproveita a oportunidade para manifestar o seu regozijo pelo êxito que coroou o Curso, se as expectativas nele depositadas não forem goradas ao longo da sua efectivação. O acolhimento dispensado pelos consórcios (expresso tanto no volume de adesões, como na categoria profissional dos jornalistas que se inscreveram), o interesse que a ideia despertou entre estranhos à Classe, especialmente universitários, e o patrocínio que nos ofereceram algumas empresas jornalísticas são factores que justificam a nossa satisfação e ao mesmo tempo nos impõem especiais responsabilidades.

Entre os factores enumerados não se estranhará que salientemos o apoio desses consórcios. A confiança que depositam numa iniciativa que visa à sua valorização profissional – e que portanto concorre directamente para a dignificação da Classe – é elucidativo. Significa uma tomada de consciência que noutros domínios e em diferentes oportunidades se observa nos elementos mais válidos do jornalismo português. Como que, digamos, a preocupação de fazerem jus, pelo seu apetrechamento cultural e técnico, às responsabilidades que lhes incumbem e que estão dispostos a assumir em prol do interesse da comunidade que servem. Revela, inegavelmente, uma nova fase no jornalismo nacional, imprescindível para uma presença mais actuante e eficiente da Imprensa portuguesa.

Norberto Lopes (1968, p. 2), conceituado jornalista, no mesmo texto, elogia a iniciativa do Sindicato e enaltece o facto de se ter, finalmente, pensado na formação dos jornalistas. Afirmam, também, que já há muito que havia falado na necessidade de se criar uma "Escola de Jornalistas" que pudesse proporcionar aos jornalistas os conhecimentos de que precisavam e que só com a prática nunca poderiam adquirir.

"A opinião do dr. Norberto Lopes – Director de *A Capital*"

"Reputo de maior utilidade a iniciativa que o Sindicato Nacional dos Jornalistas tomou de promover um Curso de Jornalismo tanto para os seus sócios como para os candidatos à profissão que o queriam frequentar. Há muito tempo que venho a defender a ideia da criação de uma Escola de Jornalistas, à semelhança das que existem noutros países, umas oficializadas, outras particulares, e que poderia prestar grandes serviços tanto à nossa classe como à Imprensa à geral, proporcionando aos candidatos a jornalistas de conhecimentos de que precisam para desempenhar com proficiência e eficiência as tarefas que lhes incumbem e elevando o nível intelectual da Imprensa portuguesa, de que não podemos alhear-nos em caso algum, e que tem sido, porventura, um tanto descurado, até pela facilidade com que se recrutam os seus colaboradores.

O esquema elaborado para o curso parece-me corresponder à finalidade que se tem em vista e às virtualidades que dele se esperam. E, se algum defeito lhe posso apontar, é o de me parecer demasiado ambicioso. Resta-me apenas fazer votos pelo êxito do empreendimento e felicitar o Sindicato por se ter antecipado à iniciativa oficial, que em nenhum caso deve pôr-se de lado e da qual há a esperar uma solução didáctica de maior vulto e de vistas mais largas.

Ainda no n.º 8 do boletim, começa a publicar-se uma série de textos onde se debatem os problemas específicos do ensino do jornalismo. São assinados por José Lechner⁸ (1968, p. 3) e são o resultado de um estudo realizado pelo referido autor, graças a uma bolsa de estudo concedida pela Fundação Calouste Gulbenkian, sendo, simultaneamente, um estudo histórico, descritivo, analítico, comparativo e crítico sobre o ensino do jornalismo "nos países do Mercado Comum". Dado o momento crucial que o ensino do jornalismo atravessava em Portugal [a necessidade de regularizar a formação dos jornalistas era intensa], o estudo foi uma mais-valia. José Lechner (1968, p. 3) estudou o ensino do jornalismo em cinco países diferentes, tendo o cuidado de verificar se existiam "pontos comuns entre os diferentes sistemas de ensino do jornalismo, no tempo, no espaço, bem como na forma e na doutrina, em número suficiente para nos autorizar a deduzir daí características constantes." No fundo, procu-

⁸ Diplomado pela "Ecole Supérieure de Journalism de Lille" e pelo "Institut Français de Presse de l'Université de Paris" e antigo bolsheiro da Fundação Calouste Gulbenkian.

rou uma resposta à questão de saber “em que consiste a especificidade do ensino do jornalismo.” O estudo compreendeu os seguintes pontos:

- 1.º Organização e financiamento dos Estabelecimentos de Ensino (condições de admissão, duração dos estudos, título académico concedido, o estatuto jurídico e recursos financeiros);
- 2.º Corpo docente e estudantes (número total e composição do corpo docente, o número de estudantes inscritos e a sua proporção em relação aos diplomados);
- 3.º Equipamento e pessoal permanente (locais, biblioteca e arquivos, material didáctico e pessoal permanente);
- 4.º Os programas: a cultura do jornalista (natureza e variedade das disciplinas ensinadas e respectivas proporções, orientação dos estudos);
- 5.º Classificação tipológica dos estabelecimentos e sua comparação (estrutura institucional e funcional);
- 6.º Crítica das relações do ensino do jornalismo com a profissão e a investigação.

Após um breve resumo histórico sobre o que foi o ensino do jornalismo, um pouco por todo o mundo, Lechner (1968, p. 3-4) refere que, no momento, existiam 413 estabelecimentos espalhados pelos cinco continentes. E diz, ainda, que, independentemente da estrutura de onde parta a iniciativa de promover a formação superior dos jornalistas, ela é sempre útil para o profissional e para a própria sociedade.

As iniciativas emanaram umas vezes da profissão, outras vezes da Universidade, e por vezes mesmo dos poderes públicos. Os argumentos usados para justificar a criação dos estabelecimentos especializados na formação dos profissionais do Jornalismo variavam conforme as iniciativas:

Os profissionais têm visto no ensino o meio mais seguro de seleccionar os futuros jornalistas de acordo com as suas aptidões; de desenvolver neles o sentido da actualidade e o sentido crítico; de elevar o nível de cultura da profissão; de manter as características de uma imprensa nacional, de responder às necessidades imediatas das empresas.

As universidades têm-se preocupado sobretudo com as responsabilidades sociais dos jornalistas devido à sua influência sobre a opinião pública. Os pioneiros do Ensino Universitário do jornalismo defendiam a ideia de que a formação técnica devia ser completada pelo estudo científico do fenómeno “informação” bem como pela aquisição de uma cultura geral.

Enfim, sempre que num país se estabeleceu uma ditadura, o novo governo apoderou-se da imprensa, novas leis fixaram as responsabilidades civis dos directores de publicação e foram tomadas medidas para institucionalizar o Ensino do Jornalismo. (...)

No entanto, o ensino do Jornalismo, apesar do seu desenvolvimento, encontra ainda muitas dificuldades que o impedem de se impor em toda a parte e de forma indiscutível.

Dois anos mais tarde, em 1970, os textos provenientes da investigação levada a cabo por José Lechner continuavam a ser publicados em *Jornalismo* (que já ia na sua 2.ª série). Depois do resumo histórico do ensino do jorna-

lismo e de uma descrição analítica da organização e financiamento dos 23 estabelecimentos que fizeram parte do seu estudo, publicados anteriormente, o autor (1970, p. 25) focou o problema do corpo docente e discente nas mesmas 23 instituições em análise, que residia, essencialmente, na dúvida de onde e como se deviam recrutar os professores para o curso.

Durante mais de meio século, os pioneiros do ensino do jornalismo esforçaram-se por aproximar a teoria da prática pela colaboração entre profissionais da Imprensa e professores universitários ou do ensino secundário. Daí resultou que, já nos nossos dias, nem todos os profissionais calejados duvidam da comunicabilidade dos conhecimentos jornalísticos da mesma forma que nem todas as universidades proíbem com cepticismo a entrada de profissionais calejados como professores.

Podemos mesmo dizer que tais atitudes reticentes são cada vez mais raras à medida que aumenta o número de pessoas possuindo simultaneamente uma experiência profissional e uma formação universitária. [...]

O problema da docência em jornalismo é justamente o de saber como e onde recrutar professores que tenham um conhecimento teórico e prático do jornalismo e, ao mesmo tempo, aptidões adequadas para o ensino. O ensino, qualquer que ele seja, também tem as suas próprias exigências independentemente do seu conteúdo.

No que aos estudantes de jornalismo dos 23 estabelecimentos estudados diz respeito, o autor (1970, p. 26) refere que conseguiu encontrar quatro os tipos de candidatos:

- os que consideram o jornalismo com curiosidade e querem familiarizar-se com ele quase por espírito de aventura;
- os que vêem no jornalismo uma última salvação ainda honrosa depois de ter falhado nos estudos secundários ou superiores;
- os que procuram um suplemento prático além (ou durante) a sua licenciatura numa especialidade clássica;
- enfim, num número muito reduzido, o tipo de pessoas que já têm uma experiência profissional e que querem completar os seus conhecimentos, particularmente teóricos, matriculando-se numa escola ou Faculdade.

Porém, não só do ensino do jornalismo em Portugal, ou da sua necessidade, versavam as linhas de *Jornalismo*. Uma vez que este ainda não se havia estabelecido em terras lusas, por vezes falava-se, no boletim, sobre o ensino do jornalismo noutros países, quiçá para “abandar” as mentes que ainda não haviam interiorizado a necessidade urgente de tal ensino em Portugal. É o caso do artigo intitulado “A aprendizagem do jornalismo em Inglaterra”, escrito por John Dodge⁹, publicado, primeiramente em *The Times*, publicação

⁹ Director do Conselho Nacional Britânico para a Formação de Jornalistas.

inglesa, a 7 de Outubro de 1968 e reproduzido de forma integral, em *Jornalismo*, na edição de Novembro de 1968. De uma forma algo irónica e sarcástica, o mesmo número do boletim (número 8) aborda a questão do ensino do jornalismo, desta vez na Tailândia, através de um texto com o sugestivo título "Mesmo na Tailândia há (desde 1939) cursos de jornalismo...":

O ensino do jornalismo generalizou-se a todo o Mundo e mesmo a países que ainda não consideramos muito evoluídos.

É o caso, por exemplo, da Tailândia, onde foi criado um primeiro curso de formação de jornalistas em 1939, na Universidade de Chulalongkorn. Quinze anos mais tarde, a Universidade de Thammarat estabeleceu um curso de quatro anos, para licenciatura, na Faculdade de Administração Social. Os estudantes em jornalismo, como os outros estudantes desta Universidade, devem seguir cursos de cultura geral nos dois primeiros anos e depois cursos técnicos de informação e de trabalhos práticos. Uma estação de radiodifusão, um laboratório fotográfico e uma tipografia estão à sua disposição, apresentam diariamente um programa de rádio e imprimem um jornal diário, com a tiragem de 2000 exemplares, além de um mensário. Durante as férias, fazem estágios nos jornais e em estações de rádio e televisão.

O encerramento do I Curso de Jornalismo¹⁰ (que terminou no dia 14 de Maio de 1969) voltou a ser assunto e motivo de conversação, tendo direito às primeiras sete páginas do boletim n.º 9 (Julho de 1969), algumas delas ilustradas com sugestivas fotografias. As várias intervenções proferidas nesse dia foram transcritas para *Jornalismo* e apontavam para a necessidade de uma escola para formar, a nível superior, os jornalistas. Pereira da Costa (1969, p. 2), na época presidente do Sindicato, disse que o curso havia constituído "um êxito insofismável" e que os números que exprimiam tal êxito eram "tão elucidativos" que não careciam de comentários. De seguida, o jornalista (1969, p. 2-4) explicou os tais números elucidativos e aproveitou a ocasião e a presença de membros do Governo para criticar o atraso que se vivia em Portugal, relativamente ao ensino do jornalismo:

Os participantes no Curso, entre alunos por frequência e por correspondência, totalizaram 385 interessados, incluindo 187 profissionais. Deste total, 207 acompanharam o Curso por correspondência: cerca de uma centena da Metrópole, 1 de Macau e 2 portugueses residentes em Itália. (...) [O curso despertou] interesse igual entre profissionais – que nele encontraram uma oportunidade de valorização e actualização dos seus conhecimentos – e particulares, quase todos estudantes universitários. Quanto a estes, é sintomática, sem dúvida, a circunstância de ao cabo de quatro meses de realização do Curso ainda assistirem às aulas, na proporção de oitenta e sete por cento sobre os que inicialmente nele se tinham inscrito (...).

¹⁰ Iniciado em finais de 1968 e de cujo início já se deu conta, neste trabalho.

Não continuarei a apresentar elementos que demonstram a valia da iniciativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas. [...]

O que pode constituir surpresa é que, precisamente um século após a criação do jornalismo (o primeiro curso, estruturado como tal, nasceu nos Estados Unidos, em 1869), haja ocasião para denunciar em Portugal uma carência que todos admitem, mas ninguém tenta anular. É certo que o atraso na adopção de práticas decorrentes no estrangeiro constitui pecado nacional e não é menos verdade que o problema do ensino do jornalismo se entronca noutros que reflectem um condicionalismo sócio económico com implicações políticas. Está neste caso – além do problema das remunerações aos profissionais e do acesso à Informação e sua divulgação (a liberdade de Imprensa, em suma, cuja defesa incumbe, por estatutos aprovados pelo Governo, ao Sindicato Nacional dos Jornalistas) – uma multiplicidade de aspectos que se relacionam, inclusivamente, com o estatuto jurídico da propriedade dos órgãos de comunicação.

Todavia, há uma realidade iniludível: para os jornalistas que participaram no Curso, a liberdade inerente à função social da Informação não pode dissociar-se das suas responsabilidades perante a comunidade em que se integram. Acrescentarei, conscientemente: mais ainda do que liberdade, o problema, para eles, é de dignidade. Sabem que a disciplina, que para ser legítima deve basear-se no interesse geral, e o respeito pela autoridade do Estado são valores a preservar. Mas não desconhecem residir na vontade dos homens coadunar os caminhos da liberdade e da responsabilidade com o ritmo do progresso.

Parece, ao Sindicato Nacional dos Jornalistas, ser chegado o momento para que quem de direito promova a realização de aspirações que não podemos concretizar, por ausência, de uma compreensão que merecemos, nós, os jornalistas, e de uma justiça que ainda não nos foi concedida.

Martinho Nobre de Melo (1969, p. 4) também interveio nesta sessão, enaltecendo o feito do Sindicato e fazendo referências de grande apreço à atitude da corporação, “quanto à responsabilidade da Imprensa Portuguesa e sua determinação de se apetrechar para uma presença mais activa na vida social e política do país”, não deixando de fazer alusão à falta de liberdade de imprensa que se vivia um pouco por toda a Europa. Martinho Nobre de Melo falou, ainda, da necessidade de os jornalistas “cultivarem a sua vida interior colocando-a acima das contingências das realidades quotidianas, que tendem a absorvê-los, em detrimento da sua alma.” A última intervenção coube ao secretário de Estado de Informação, Moreira Baptista (1969, p. 5-6), que, tal como os outros intervenientes, elogiou a iniciativa do Sindicato, referindo que de tão meritória que fora, “vai sem dúvida constituir semente em boa hora lançada em terra úbere para que, breve, a seara seja maior e não longe a colheita ainda melhor.”:

Escolas de Jornalismo?

Pois estou em crer que sim e nesta afirmação me tenho quedado há alguns anos [...].

É que o jornalismo – da Imprensa, da Rádio ou da Televisão – não pode apenas ser feito com homens de génio mas com gente normal, desde que sinta nas veias a febre da informação

e o desejo de a traduzir em verdade e com o luzimento possível, se brilho não tiver talento para lhe dar.

Essa seria uma das razões a invocar, mas outra não menos importante existe neste instante em que os meios de comunicação social atingem o cerne do próprio homem, ao constituir elemento duma cebernética que já não é ciência do ou para o futuro mas dos dias que estamos vivendo; e ainda que, mesmo os talentos, poderão ser mais rapidamente revelados, se forem rodeados do ambiente conveniente e apoiados por meios os meios adequados.

O jornalista é, muitas vezes e entre o mais, o técnico de ideias gerais, mas muitas vezes é também o especialista de religião, de economia, das ciências humanas e das restantes e das Artes e de todos os ramos do conhecimento. (...) Temos, portanto, de cada vez pensar mais no que importa à formação do próprio Homem e como tal dimensionado, pois o que antes de tudo interessa – e esse será a mais válida cultura – é que em cada ocasião (ocasião que se fragmenta em miríades em cada minuto do dia) possa saber escolher o trigo do joio, o bom do mau, o belo do feio, num esforço de aperfeiçoamento técnico, sem dúvida, mas temperado sempre pelo sentido humanista que melhor serve o homem como ente social. (...)

Para além destas razões essenciais, há ainda uma preparação profissional – iria a dizer uma técnica profissional – que a Escola, quando convenientemente equipada como deve, pode formar, desenvolver e realizar. (...)

Escolas de Jornalismo? Espero bem que sim, conforme o demonstrou a vontade de tantos. E, com urgência, pois nessa plêiade de gente mais nova se terão de encontrar os bons profissionais de agora e os talentos de amanhã.

Outro não será o desejo da Secretaria de Estado da Informação e Turismo. Esse, também, o meu desejo pessoal.

Sendo também desejo das altas instâncias do Estado, a verdade é que ainda foram precisos mais alguns anos para que o ensino de jornalismo principiase em Portugal...

Neste mesmo ano de 1969, a questão do ensino do jornalismo foi abordada e muito bem explicada na Assembleia Nacional. O deputado Nunes Barata (1969, p. 9), numa intervenção onde louvou a iniciativa do Sindicato (organização do I Curso de Jornalismo), referiu que “o livre acesso ao jornalismo [era] uma exigência natural da liberdade de imprensa” e focou, sob vários aspectos, o problema do ensino do jornalismo e da formação profissional dos jornalistas. A sua intervenção (1969, p. 9-10 e 54) foi inserida, na íntegra, no boletim n.º 9, referente ao mês de Julho de 1969 e dizia, de mais notório, que, a exemplo do que sucedida noutros países, se deveria instituir o ensino do jornalismo em Portugal, independentemente das opiniões contra que ainda pudessem existir:

O jornalismo constitui uma vocação exigente. Para recolher, apresentar e interpretar as notícias, nos variados domínios da Imprensa, do Cinema, da Rádio e da TV, impõe-se possuir grande competência técnica, dominar os progressos crescentes dos meios de informação, compreender e ser capaz de fazer compreender a evolução do mundo moderno na sua

riquíssima complexidade. A qualidade da informação dependerá, em suma, dos conhecimentos, das aptidões profissionais, do sentido das responsabilidades dos jornalistas.

Em muitos países, depois de formularem "códigos de honra" e de se agruparem em prestigiosas associações, vemo-los igualmente ocupados na criação de centros de formação e aperfeiçoamento. O ensino técnico e a educação cultural procuram harmonizar-se num conhecido empenho de equilíbrio entre a teoria e a prática.

As próprias Universidades têm desempenhado ainda aqui papel de particular relevo. Escolas ou Faculdades de jornalismo ocupam-se não só da imprensa e outros meios de informação, como objecto de investigação pura, na linha da clássica tradição universitária, mas ainda de formar ou valorizar, num jeito pragmático, os que na reportagem ou na redacção servem os jornais, a Rádio, ou outros meios de comunicação social.

Os que se debruçam sobre a Imprensa portuguesa serão naturalmente sensíveis ao alto prestígio dos seus devotados servidores, ao seu contributo generoso, tanto no domínio da Informação como no da opinião. Será em nome do muito que se deve aos nossos jornalistas que se ganha autoridade para pedir o muito mais que importa prodigalizar-lhes. (...) A inauguração, nos finais de 1968, do I Curso de Jornalismo, promovido pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas, e a notícia de outras ocorrências (...) dão maior oportunidade a insistência que uso renovar nesta tribuna da criação entre nós de uma Escola Superior de Jornalismo. (...) A situação presente revela que a hostilidade manifestada há décadas contra as escolas de jornalismo está bastante amortecida. É ainda frequente ouvir-se "que se nasce jornalista". Mas mesmo os que admitem os imperativos da vocação estão igualmente de acordo em que não basta actualmente ser dotado, saber escrever, entregar-se a uma rica imaginação. (...) Espíritos menos ambiciosos dirão que no condicionalismo português será ousado pedir a criação de estudos superiores de jornalismo. Mesmo no confronto com países pequenos, como a Dinamarca, a situação portuguesa revela-se muito desfavorável. (...)

Na variedade das soluções que se poderão preconizar entre nós, para a criação de estudos superiores de jornalismo, tomo a liberdade de recordar dois caminhos, um a partir do sector público do ensino, outro do sector privado.

Tal como acontece noutros países o curso de jornalismo poderia ser enquadrado nas nossas Faculdades de Letras. Não seria, por exemplo, legítimo que a cidade do Porto, de tão nobres tradições em matéria de jornalismo, acolhesse na sua restaurada e esperançosa Faculdade de Letras a primeira secção universitária de jornalismo?

A via particular poderia resultar da Universidade Católica. (...)

Seja qual for a solução adoptada entre nós há problemas delicados que convirá encarar desde logo. O primeiro é o do recrutamento de professores. (...)

Um segundo diz respeito à frequência. (...)

Obtidos os diplomas surgem questões relacionadas com a colocação e as remunerações.

O livre acesso ao jornalismo é uma exigência natural da liberdade de imprensa. Daí o condenar-se que só os diplomados possam ter acesso à profissão. Mas a multiplicidade de saídas que esta sociedade, denominada de "mass communications", oferece tem revelado, por toda a parte, não haver carência de lugares mas antes de profissionais habilitados.

Quanto às remunerações o problema pode pôr-se mesmo independentemente de existirem escolas de jornalismo...

Num texto onde se fala da relação que a imprensa pode estabelecer com a universidade, o engenheiro Adelino Amaro da Costa (1969, p. 30-33 e 49) salienta a importância de uma formação sólida para os profissionais da imprensa. Defende que para que o jornalista seja capaz de produzir informação que possa ser útil à universidade, é preciso que este esteja devidamente preparado. E declara que uma formação superior em jornalismo, feita em universidades, é um caminho a examinar:

Na verdade, parece problemático realizar as tarefas que acima deixamos indicadas, e bem assim outras que são exigidas pelo trabalho da Imprensa, se não se dotarem os jornalistas com uma preparação que só o ensino superior, de raiz universal e globalizante, pode fornecer. Claro que há diversas vias para atingir este objectivo. Sabemos, efectivamente, que trabalham nos jornais portugueses pessoas com formação universitária e, até, diplomados. Poderia ser esta uma solução: a contratação de licenciados para os corpos redactoriais. Mas existem, aqui, várias dificuldades. O jornalismo não é, propriamente, uma actividade literária de carácter genérico a exigir, tão-somente, uma capacidade de síntese, ou um conhecimento da língua, ou dos processos de narração, ou, sequer, o domínio de certa problemática a que alguns cursos superiores proporcionam acesso. É mais. É, sim, uma actividade literária (a escrita é o meio de comunicação), mas de natureza bem específica, postulando, no seu exercício, uma compenetração profunda de factores pessoais que é difícil encontrar em quem não tenha aquilo a que se poderia chamar uma vocação natural; ou, senão, pelo menos, em quem não disponha de um largo conhecimento sobre os métodos, as técnicas redactoriais, os meios materiais característicos da Imprensa, a par de algum sentido nato acerca do que é ou não importante para a opinião pública e sobre os modos de o comunicar sugestivamente. (...) Estamos em crer, porém, que a grande solução estará na existência, no âmbito do ensino superior, de centros de formação especificamente consagrados ao jornalismo. (...)

Há, todavia, quem discuta a possibilidade de se conferir uma perspectiva verdadeiramente universitária a um curso de jornalismo, dado o conjunto de disciplinas, bastante heterogéneo, que forma parte do seu plano de estudos. Mas devemos observar que, embora já antigas, as escolas de jornalismo estão em plena evolução. Caminha-se, cada vez mais, para um melhor entendimento sobre o modo como deverá cumprir a sua missão de formadora dos homens da opinião pública. Diversificam-se os estudos, amplia-se o número de anos escolares (recentemente, a Escola de Jornalismo da Universidade de Navarra elevou-o para quatro), garante-se uma preparação mais completa e exigente. (...)

Além de se possibilitar assim uma certa faculdade de reconversão da mão-de-obra intelectual, abrem-se vias mais fáceis para um melhor aproveitamento nos jornais de indivíduos competentes nas diversas matérias profissionais, os quais se encontrariam apetrechados, mediante a frequência de uma escola de jornalismo, para uma compreensão profunda das exigências da Imprensa como veículo específico de comunicação pública. (...)

Na década de setenta, as tentativas para implementar um curso superior de jornalismo eram cada vez mais, sendo o Sindicato Nacional dos Jornalistas

o principal promotor destas iniciativas. A 4 de Fevereiro de 1970, o presidente da corporação, Silva Costa, juntamente com alguns colegas da direcção e outros elementos dos corpos gerentes, entregaram ao ministro da Educação Nacional, professor Veiga Simão, o "Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal", aquele que muitos acreditavam vir a criar um curso superior para jornalistas. A comissão de trabalho que estudou e elaborou o referido projecto era constituída por profissionais da imprensa e por diplomados em jornalismo, sendo eles António dos Reis, Cáceres Monteiro, Carlos Pontes de Leça, Jacinto Baptista, João Gomes, José Lechner e Oliveira Figueiredo. No acto de entrega do documento ao ministro, o presidente do Sindicato reiterou a vontade de instituir o ensino do jornalismo. Disse Silva Costa (1970, p. 10):

Terá chegado a vez de Portugal possuir ensino de jornalismo a nível universitário? Os jornalistas profissionais deram nesse sentido o primeiro passo, com a aprovação quase unânime do projecto de um Instituto Superior de Ciências da Informação. Esse documento, que confiadamente vimos entregar a Vossa Excelência, constitui o primeiro estudo completo sobre o ensino do jornalismo em Portugal.

O documento prossegue com explicações detalhadas sobre o curso. O momento é, ainda, aproveitado pelo profissional (1970, p. 12) para se falar das opiniões divergentes, que ainda existiam, sobre a questão do ensino do jornalismo, e até para criticar o modo como, por vezes, se chegava à profissão. Refere o presidente do Sindicato:

Admitimos que o jornalismo não deve ser uma posição fechada, isto é, que nele "sempre haverá lugar para os indivíduos trabalhadores e com talento, sem preparação formal"; mas estamos convencidos de que o Instituto deverá fornecer a corrente principal e queremos que os futuros jornalistas, em vez de traduzirem a estratificação dos privilégios sociais, representem o conjunto da população e estejam também por isso aptos a interpretar e a difundir os seus problemas e as suas esperanças.

De modo a reforçar a importância que tinha o prosseguimento e realização deste projecto, foram focadas as recomendações dadas pela UNESCO, que tinha um historial extenso na investigação sobre o assunto e na realização de vários programas de preparação de jornalistas ou equiparados para os meios de comunicação social. Ao mesmo tempo, Silva Costa (1970, p. 12) salientou a utilidade que o curso tinha para os jornalistas portugueses, fazendo notar que

uma das recomendações acolhidas é a de que "o jornalista, no mundo moderno, necessita de ampla base cultural e da maturidade própria de um diplomado pela Universidade." E o próprio projecto demonstra que a formação de jornalistas requer "preparação que permita

o entendimento da ampla problemática suscitada pela informação escrita e audiovisual – e que determina um nível de abstracção e uma compreensão dos fenómenos humanos que só parece poderem ser alcançados em ambiente pautado pela exigência científica e pela formação do espírito crítico, ambiente que é próprio da Universidade.” De facto, o exercício do jornalismo, do radiojornalismo, do telejornalismo, do cinejornalismo, supõe uma formação superior em três domínios fundamentais e solidários: as Ciências da Informação (...); a Técnica da Informação (...); e Cultura para a Informação (...).

Os jornalistas não procuram, portanto, um título de prestígio social. (...) Reivindicam o ensino de jornalismo ao nível superior porque no contexto actual da profissão, o conhecimento transmitido no interior das redacções ou adquirido pela via do autodidactismo já não responde às exigências decorrentes da crescente complexidade de informação responsável.

Ao terminar o seu discurso, o presidente do Sindicato (1970, p. 12) reiterou a importância que o bom prosseguimento deste projecto representava para a classe e, simultaneamente, para o Ministério e para a sociedade portuguesa:

(...) a formação de jornalistas que propugnamos juntos de V. Excelência será uma das acções mais reprodutivas deste Ministério, pelos seus reflexos na sociedade portuguesa. E possibilitará a ampla educação permanente que V. Excelência definiu como um dos objectivos da política de educação nacional. É que a qualificação de peritos da informação colectiva promoverá inevitavelmente o aumento do consumo médio da informação em Portugal (...). Oferecerá assim à educação permanente os instrumentos de comunicação eficazes sem os quais seria decerto inatingível.

Para o Sindicato, parecia chegado o momento por que tanto ansiava a grande maioria da classe. Acreditava-se que seria dessa vez que o referido curso era criado, pois pareciam estar reunidas todas as condições necessárias. Dizia Silva Costa (1970, p. 12) que nada parecia “obstar à introdução do ensino de jornalismo em Portugal”, muito pelo contrário: “tal ensino é necessário, é possível e é condição imprescindível a que o povo português disponha da informação a que tem direito e que o progresso do país não pode dispensar.” O curso não foi (ainda desta vez) criado, apesar do parecer favorável que o ministro Veiga Simão havia dado ao projecto. Anos mais tarde, no número de Dezembro de 1983 do boletim *Jornalismo*, Silva Costa explica o porquê da não execução deste projecto e as causas para o seu insucesso, como já foi referido neste trabalho.

Ainda sobre a questão do ensino do jornalismo e sobre os esforços desenvolvidos pelo sindicato para conseguir a implementação do mesmo em Portugal, há dois artigos no boletim que expõem uma “troca de palavras” que se desenvolveram entre Dutra Faria e o Sindicato Nacional dos Jornalistas. Nestes dois

textos, são visíveis as diferenças dos pontos de vista de um e de outro acerca da formação universitária para jornalistas, e a sua republicação em *Jornalismo* revelou-se interessante, não só pelo conteúdo informativo de ambos os artigos, mas também para mostrar que a direcção do boletim não se inibia em publicar (ou republicar, como é o caso, uma vez que os dois textos foram publicados, primeiramente, no jornal *Notícias*), nas suas páginas, artigos com opiniões menos favoráveis sobre a corporação. Expunha Dutra Faria (1970, p. 29-30) que Portugal carecia de uma escola de jornalismo mas que um curso, ou um exame prévio, não deveriam ser condições exigidas para se entrar na profissão, como o não era em muitos outros países. Contrapõe o Sindicato que as suas posições são aquelas que os profissionais da imprensa, na sua maioria, defendem e que elevar o nível da profissão é a sua maior meta.

É óbvio que Portugal carece de uma escola de jornalismo ou de algo que mais ou menos se lhe assemelhe: já vai muito longe o tempo do jornalismo boémio, a que se acolhiam invariavelmente os que falhavam na universidade ou mesmo já no liceu e em que se exigia ao candidato a jornalista mais graças do que gramática, mais vivacidade do que verdadeiramente cultura e mais atrevimento do que noção da responsabilidade.

De resto, este projecto do Sindicato não é o primeiro projecto de ensino do jornalismo que se elabora em Portugal. Uma altura já houve mesmo, nos últimos anos do Governo de Salazar, em que tivemos, simultaneamente, nada menos do que quatro projectos sobre a mesa: o Prof. Gonçalves Rodrigues queria o ensino do jornalismo na Faculdade de Letras; o Prof. Adriano Moreira, no Instituto de Ciências Sociais, Políticas e Ultramarinas; o Dr. Paulo Rodrigues, ao tempo subsecretário de Estado da Presidência do Conselho para a Informação, no Palácio Foz; e o Prof. Gonçalves de Proença, ao tempo ministro das Corporações, na dependência directa dos seus serviços. Mas, perante esta avalanche de projectos, cada qual apoiado numa sólida argumentação pelo seu ilustre patrocinador, o Prof. Salazar receou talvez que viesse a haver jornalistas a mais, de certeza sorriu – e nada se fez. [...]

Outro ponto ainda a discutir: deve ou não o diploma ser condição "sine qua non" para o exercício da profissão? É-o na Espanha. Não o é nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Alemanha... O que seria portanto, lógico era que a direcção do Sindicato Nacional dos Jornalistas – constituída na maioria, por pessoas todas na conta de progressistas – se inclinasse de preferência para o que é norma generalizada nas grandes democracias: mas não. No projecto de acordo com o Grémio da Imprensa Diária, os corpos gerentes do Sindicato pretendem condicionar o ingresso na profissão a um exame prévio – por membros do Sindicato eleitos, em assembleia-geral, para constituírem o júri – enquanto se não regulamenta o ensino do jornalismo em Portugal. De onde tem de concluir-se que – na opinião dos que dirigem presentemente o Sindicato Nacional dos Jornalistas – para se ser jornalista o diploma substituirá, então o exame prévio... o que não parece – nem o diploma nem o exame – excessivamente liberal.

Seria tolice, evidentemente, dizer que os melhores jornalistas serão sempre os não-diplomados. Não será, todavia, tolice de menor bojo pretender que não será bom jornalista quem não vier para as redacções com o "canudo" debaixo do braço.

Aliás o que o Sindicato quer exigir dos que se lhe submetem ao exame prévio já a muitos se nos afigura excessivo...

O candidato a jornalista terá de falar fluentemente um idioma estrangeiro pelo menos. Ora grandes jornalistas britânicos e norte-americanos não falam senão o Inglês. Por outro lado, em que é que no desempenho da profissão levará vantagem ao candidato que não fale senão o português (mas bem) o que falar, por exemplo, o grego ou o chinês, o idioma dos últimos maias ou o dialecto, por estalidos, dos boxímanes? (...)

No projecto de ensino do jornalismo, o curso (de nível universitário) seria de cinco anos. Com os três primeiros anos, ter-se-ia direito ao grau de bacharel: com os cinco completos, ao de licenciado – e haveria ainda, doutoramentos em jornalismo. Mas, se todos os jornalistas tivessem obrigatoriamente de passar pela Escola ou Faculdade de Jornalismo, pergunto: onde se recrutariam os repórteres? Quem é que, senhor de um diploma de bacharel ou de licenciado, quereria ser repórter? Ora um jornal pode, em rigor, fazer-se sem editoriais, sem cronistas internacionais, sem redactores da página económica, sem críticos de teatro, de cinema, de letras, de artes plásticas, mas sem repórteres não se faz.

Opinião do Sindicato

No relatório do "projecto de Ensino do Jornalismo em Portugal" houve a preocupação de demonstrar que o País "carece de uma Escola de Jornalismo", como também afirma Dutra Faria, mas não de "algo que mais ou menos se lhe assemelha", como só concede aquele articulista. (...) Concluiu Dutra Faria que o "diploma substituirá, então, o exame prévio...". Ora a nós parece-nos que o sentido literal e intrínseco da frase só consente uma ilação: o exame por um júri de jornalistas, tal como se encontra programado, subsistirá apenas enquanto não se regulamentar o acesso à profissão em função do ensino de jornalismo.

A este respeito convém repetir que tanto o exame previsto no Contrato como o Projecto de Ensino do Jornalismo reproduzem – mais do que "a opinião dos que dirigem presentemente o Sindicato Nacional dos Jornalistas" como quer o articulista – o consenso colectivo dos jornalistas portugueses. (...)

O Sindicato Nacional dos Jornalistas lamenta desconhecer totalmente os quatro projectos de ensino de jornalismo que "in illo tempore" foram parar à mesa do articulista. Mas tem forte suspeita de que tais projectos nunca foram publicados; tem a certeza de que nenhum deles representava o ponto de vista da classe dos jornalistas; e, pela descrição que deles faz Dutra Faria, tem a convicção de que eram todos certamente mais ambiciosos do que o do Sindicato dos Jornalistas – excepto na exclusiva subordinação a critérios científicos e pedagógicos, em que o Projecto do Sindicato não teme confronto. (...) Pondo de parte a graciosa menção do dialecto dos boxímanes, sem interesse para a economia do exame, defendem que o conhecimento de um idioma estrangeiro também qualifica para o exercício do jornalismo. Visto que o domínio da língua nacional se exige de todos os jornalistas portugueses, entende a classe que um candidato que saiba falar o grego ou o chinês (cingimo-nos às línguas escolhidas pelo articulista) levará para a profissão a vantagem... de falar o grego ou o chinês, isto é, de uma especialização que lhe permitirá ler informações em grego ou em chinês, entender as pessoas que porventura entreviste e só falem o grego ou o chinês.

Os textos anteriores documentam e exemplificam as diferentes opiniões entre os jornalistas sobre o ensino do jornalismo e a necessidade da sua criação. *Boletim* e, principalmente, *Jornalismo* deram espaço e voz àqueles que maior interesse (e necessidade) demonstravam na instauração do ensino do jornalismo em Portugal. Entre os redactores e colaboradores dos boletins, a ideia de que se tornava cada vez mais necessário criar um curso para jornalistas era quase consensual. Entre aqueles que declaravam urgência na criação de uma escola de jornalismo, as diferenças de opinião residiam em pormenores: quem deveria tutelar o ensino, como é que este deveria estar organizado, quem o poderia frequentar, etc. Uma forma que se encontrou para debater o assunto foi expondo casos concretos do ensino do jornalismo noutros países. Estes exemplos serviam não só para expor alguns modelos, mas também para mostrar que os cursos de jornalismo já eram uma realidade praticamente por todo o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lendo-se, ou relendo-se, e analisando as duas publicações do Sindicato Nacional dos Jornalistas, *Boletim* (1941-1945) e *Jornalismo* (1967-1971), é possível perceber que em ambas se discutiu a questão da formação e do ensino do jornalismo, embora com maior destaque para *Jornalismo* (que saiu de forma mais regular e frequente e noutra época). Assim, como primeira constatação, é possível afirmar que os jornalistas associados do Sindicato Nacional dos Jornalistas, nas diferentes épocas em estudo neste trabalho (década de quarenta e finais da década de sessenta, inícios de setenta do século XX), se esforçaram por colocar em discussão e na ordem do dia um assunto que os preocupava e que merecia a sua atenção – a necessidade de implementar o ensino do jornalismo – de modo a trazer uma maior dignificação para a sua profissão e na senda do que já acontecia um pouco por todo o mundo. Apesar de agir dentro do contexto de um regime ditatorial e de não ter conseguido o tão desejado curso superior para jornalistas, a corporação teve uma importante acção para impulsionar o ensino do jornalismo em Portugal, ao proporcionar a discussão sobre a sua pertinência e sobre os seus contornos, nas suas publicações. Esta acção foi, no entanto, mais intensa em finais de sessenta, princípios de setenta (altura em que se publicava *Jornalismo*), do que nos anos quarenta (quando saía o *Boletim*). No final da primeira metade do século XX, o curso de formação jornalística, proposto pela Sindicato e divulgado no seu boletim, foi importante para afirmar o jornalismo como *arte liberal* (que reunia um corpo

de conhecimentos e competências específicas passíveis de serem ensinadas e aprendidas). No entanto, havia vozes discordantes que asseveravam que o jornalismo se aprendia de forma autodidática. Nos anos sessenta e setenta, a discussão subiu de tom e, nas páginas de *Jornalismo*, foram mais os que clamaram por um curso superior dos que os que se opuseram a ele e foram vários os que sugeriram formas de o organizar, de o doutrinar, entre outros aspectos. Tendo em consideração estas duas publicações do Sindicato Nacional dos Jornalistas, podemos, como segunda constatação, concluir que elas foram importantes para a instauração do ensino do jornalismo em Portugal (que viria a acontecer em 1979), uma vez que permitiram, nos seus conteúdos, a discussão sobre o assunto e a insistência na necessidade do urgente início do mesmo. É possível também concluir, por fim, que o discurso adoptado pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas no *Boletim* e em *Jornalismo* é predominantemente informativo e moderado, com pretensão de esclarecimento das suas acções e não de incitamento à luta sindical ou ao combate contra as empresas jornalísticas. Um discurso, portanto, bem enquadrado na ideologia do Estado Novo – que permitia a discussão dos princípios – e nos próprios estatutos sindicais, que rejeitavam, nomeadamente a “luta de classes”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, César, Introdução à escola de jornalismo, *Jornalismo*, n.º 1, Abril de 1967, pp. 19 e 20.
- Baptista, Moreira, O Encerramento do I Curso de Jornalismo, *Jornalismo*, n.º 9, Julho de 1969, pp. 5 e 6.
- Barata, Nunes Barata, *Jornalismo*, n.º 9, Julho de 1969, p. 9-10 e 54.
- Cascais, Fernando (2004). “O ensino do/para o jornalismo e a formação profissional”. In *Revista Comunicação e Sociedade*, v. 5, n.º 1.
- Costa, Adelino Amaro da, A Universidade e a Informação, *Jornalismo*, n.º 9, Julho de 1969, pp. 30, 31, 32, 33 e 49.
- Costa, Silva, *Jornalismo*, n.º 4, 2.ª série, Julho/Agosto de 1970, p. 10 e 12.
- Correia, Fernando e Baptista, Carla. *Jornalistas: Do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968)*. Lisboa, Caminho, 2007.
- Correia, João. (1998). “O ensino do jornalismo visto pelos jornalistas”. [Em linha] Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt> [Consultado em 11 de Junho de 2009].
- Costa, Pereira da, O Encerramento do I Curso de Jornalismo, *Jornalismo*, n.º 9, Julho de 1969, pp. 2, 3 e 4.
- Costa, Silva, Para quando um curso superior de Jornalismo?, *Jornalismo*, Dezembro de 1983, p. 32.

- Cunha, Alfredo. *Jornalismo Nacional: Das Malogradas Associações de Imprensa à Alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses*. Separata do Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas, n.º 2, Junho, 1941. Lisboa.
- Faria, Dutra, Nível Universitário para o Jornalismo, *Jornalismo*, n.º 5, 2.ª série, Setembro/Outubro de 1970, pp. 29-30.
- Freire, João Paulo. [1936]. *Escolas de Jornalismo. Temas profissionais*. Porto, Editora Educação Nacional.
- Garcão, Pedro Mayer, Missão e projecção do jornalismo na nossa terra, *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, n.º 5, 1945, p. 7-11.
- Graça, Sara Meireles. [2007]. *Jornalistas portugueses: dos problemas da inserção aos novos dilemas profissionais*. Coimbra, Edições Minerva Coimbra.
- Lechner, José, Problemas específicos do ensino de jornalismo, *Jornalismo*, n.º 8, Novembro de 1968, p. 3-4.
- Lechner, José, Problemas específicos do ensino de jornalismo, *Jornalismo*, n.º 2, 2.ª série, Março/Abril 1970, p. 25-26.
- Lopes, Norberto, Uma Lição de Jornalismo, *Jornalismo*, n.º 5, Dezembro de 1967, p. 4. *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, n.º 1, Maio de 1941, pp. 5-19.
- Melo, Martinho Nobre de, O Encerramento do I Curso de Jornalismo, *Jornalismo*, n.º 9, Julho de 1969, p. 4.
- Osório, Rui, *Escolas de Jornalismo*, *Jornalismo*, n.º 4, Outubro de 1967, página 14 e 29.
- Pinto, Manuel e Sousa, Helena. (1999). "Journalism education at Universities and Journalism Schools in Portugal". [Em linha] Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt> [Consultado em 22 de Junho de 2009].
- Pinto, Manuel. O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal – notas sobre uma "crise de crescimento". In García, Xosé López e Sousa, Jorge Pedro. (2004). A investigación e o ensino do xornalismo na espazo luso-galego: actas do I Congreso Luso-Galego de Estudos Xornalísticos celebrado os dias 29 e 30 de Outubro de 2002 en Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, Sección de Comunicación, pp. 23-42.
- Pinto, Manuel. (2008). O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: "crise de crescimento" e notas programáticas. *Comunicação e Sociedade*, v. 5, n. 1, 2008.
- Quadros, Luís de. (1949). "Falta uma Escola de Jornalismo em Portugal". in *Correio do Minho*. 17 de Setembro de 1949. Braga.
- Rocha, Hugo. (1946). *Jornalistas*. Porto, Liga Portuguesa de Profilaxia Social.
- Rocha, Paula Melani e Sousa, Jorge Pedro. (2008). *Rumos do Jornalismo na Sociedade Digital: Brasil e Portugal*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sindicato Nacional dos Jornalistas, A primeira iniciativa do género em Portugal: o curso de jornalismo promovido pela Sindicato, *Jornalismo*, n.º 8, Novembro de 1968, p. 2.
- Sindicato Nacional dos Jornalistas, *Escolas de Jornalistas*, *Jornalismo*, n.º 1, Abril de 1967, p. 17.
- Sindicato Nacional dos Jornalistas, *Jornalismo e responsabilidade*, *Jornalismo*, n.º 4, Outubro de 1967, pp. 6 e 28.
- Sindicato Nacional dos Jornalistas, Mesmo na Tailândia há (desde 1939) cursos de jornalismo..., *Jornalismo*, n.º 8, Novembro de 1968, p. 9.

- Sindicato Nacional dos Jornalistas, Nível universitário para o jornalismo, *Jornalismo*, n.º 5, 2.^a série, Setembro/Outubro de 1970, p. 30.
- Sindicato Nacional dos Jornalistas, Problemas específicos do ensino de jornalismo, *Jornalismo*, n.º 8, Novembro de 1968, p. 3.
- Sindicato Nacional dos Jornalistas, Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal, *Jornalismo*, n.º 4, Julho/Agosto de 1970, p. 13 a 30.
- Sobreira, Rosa Maria. (2003). *Os jornalistas portugueses. 1933-1974 – Uma profissão em construção*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Sousa, Jorge Pedro. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. 2.^a edição revista e ampliada. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, Jorge Pedro (org.). (2008). *Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa. Perspectivas Luso Brasileiras*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Teixeira, Fernando, Escolas de Jornalismo, *Jornalismo*, n.º 1, Abril de 1967, pp. 17-19.